



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Integrantes do MPDFT vão eleger lista para escolha do novo desembargador do TJDFT

Termina hoje, às 18h, o prazo de inscrições para a eleição da lista sêxtupla a ser escolhida para a disputa à vaga do quinto constitucional no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) aberta com a morte do desembargador Maurício Miranda (foto), ocorrida em janeiro. A votação será realizada em 25 de fevereiro. Até ontem à noite, dois procuradores haviam se apresentado como candidatos: Trajano Sousa de Melo e a vice-procuradora-geral do MPDFT, Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza. Outros integrantes do MPDFT ainda avaliavam a possibilidade de disputar.



Carlos Moura/CB/D.A. Press



Ed Ferreira/MPDFT

Seigneur pode concorrer

O procurador-geral de Justiça do DF, Georges Seigneur, tem sido incentivado a participar. Segundo parlamentares, já há conversas inclusive sobre a possibilidade de apoio político, caso ele decida concorrer e chegue à terceira fase do pleito. Primeiro os candidatos devem integrar a lista sêxtupla. Em seguida, o Pleno do TJDFT seleciona três nomes. Caberá, então, ao presidente Lula escolher um nome de sua preferência.



MPDFT/Divulgação



Pedro Santana/CB

Ficam no MP

Sempre lembrados como possíveis nomes para vagas no Judiciário, os ex-procuradores-gerais de Justiça Fabiana Costa e José Eduardo Sabo Paes não vão concorrer à vaga no TJDFT. Preferem seguir no Ministério Público.

Cotado

O procurador Chico Leite, ex-deputado distrital, também tem conversado com colegas sobre a possibilidade de concorrer e ouve avaliações. É cotado, mas vai tomar uma decisão hoje. Outros nomes apontados como prováveis candidatos ou candidatas: o procurador Vítor Gonçalves, a procuradora Maria Rosynete de Oliveira Lima, e os promotores Fabiano Coelho e Roberto Carlos Silva.



Arquivo Pessoal

Uma visita ilustre

O chefe da Casa Civil, Gustavo Rocha, recebeu ontem em seu gabinete um dos artistas de rap/hip hop mais populares do Brasil e cria do DF. O cantor Hungria visitou Rocha, na presença da mulher do secretário, a secretária de Justiça, Marcela Passamani. O cantor é visto como uma referência cultural da juventude periférica do DF. No repertório do encontro: cultura e projetos sociais com autistas, idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade social.



MATHEUS MARTINS MARANHÃO

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Ed Alves/CB/D.A. Press



Hora da negociação

O ex-deputado Geraldo Magela anunciou ontem que está fora da disputa ao GDF. Ele era pré-candidato e forçava prévias para a escolha do nome que vai representar o PT nas eleições. Mas o presidente do Iphan, Leandro Grass, sempre foi o candidato da preferência do partido. Agora a direção da legenda pode se dedicar a costuras alianças para a formação da chapa.

Ed Alves/CB/D.A. Press



Luís Nova/CB/D.A. Press

Vagas garantidas

No PT, haverá cinco vagas para candidaturas a deputado federal, sendo três para homens e duas para mulheres. O ex-governador Agnelo Queiroz, pelo conjunto da obra, e a drag queen Ruth Venceremos, suplente de deputada federal, são nomes garantidos para as vagas masculinas. O secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Marivaldo Pereira, e os ex-deputados Roberto Policarpo e Geraldo Magela vão disputar a restante.

Três pré-candidatas para duas vagas

Para as duas vagas de candidatas a deputada federal, há três nomes: a ex-diretora do Sinpro Rosilene Corrêa, a ex-reitora da UnB Márcia Abrahão e Vanessa Negrini, que atua na área da defesa dos animais e é conhecida como Vanessa É o Bicho.

Conselheiro é condenado por lavagem de dinheiro

Em julgamento finalizado nesta quarta-feira (4), a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por maioria de votos, condenou o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) José Gomes Graciosa à pena de 13 anos de reclusão, em regime inicial fechado, pelo crime de lavagem de dinheiro, além de decretar a perda do cargo público. Pelo mesmo crime, o colegiado também condenou a esposa do conselheiro, Flávia Graciosa, à pena de três anos de reclusão, com substituição da pena privativa de liberdade por duas restritivas de direito. No voto que prevaleceu no julgamento, a relatora, ministra Isabel Gallotti, também determinou a devolução dos valores objeto de lavagem. A denúncia foi apresentada pelo Ministério Público Federal (MPF) como resultado das Operações Quinto do Ouro e Descontrole. Segundo a denúncia, o casal mantinha 1,16 milhão de francos suíços (cerca de R\$ 7,8 milhões na cotação atual) em contas num banco na Suíça, valor obtido por propinas recebidas pelo conselheiro.

POLÍTICA / Integrantes de partidos de oposição se encontram com o procurador-geral de Justiça, Georges Seigneur, para entregar documento em que pedem investigação sobre as negociações entre o BRB e o Banco Master

Pedido de investigação no MPDFT

» MILA FERREIRA

Representantes de partidos de oposição ao governo Ibaneis Rocha (MDB) entraram, ontem, com uma representação no Ministério Público do Distrito Federal (MPDFT) pedindo que fossem investigadas as circunstâncias do envolvimento do governador na compra das carteiras de crédito do Banco Master pelo Banco de Brasília (BRB). Em abril do ano passado, o MPDFT chegou a apresentar ação civil pública para impedir a compra do Master pelo BRB. Segundo o órgão, à época, houve descumprimento de critérios legais para este tipo de transação. A ação também obrigou o governo a submeter a questão à Câmara Legislativa (CLDF), como foi feito por meio de votação, em que a maioria dos distritais votou pela continuidade das negociações. Estiveram, ontem, com o procurador-geral de Justiça, Georges Seigneur, o presidente do PT-DF, Guilherme Sigmaringa; os deputados distritais Chico Vigilante (PT) e deputado Gabriel Magno (PT); a deputada federal Erika Kokay (PT); a porta-voz da Rede, Bruna Paola; e a dirigente do PV, Rayssa Thomaz. Mais de uma vez, o governador se pronunciou publicamente alegando que “está limpo” e que

acredita que as investigações não irão para frente. “(As representações) serão remetidas à Procuradoria e, como não tenho nenhum envolvimento, devem ser arquivadas”, disse Ibaneis ao **Correio**. Aos representantes dos partidos na reunião de ontem, o procurador-geral de Justiça afirmou que é preciso estabelecer um diálogo com o Ministério Público Federal para avaliar o que cabe a cada instituição. “Quem vai investigar o governador é a Procuradoria-Geral da República (PGR), ao Ministério Público do DF cabe a investigação do patrimônio público do Distrito Federal e investigações de agentes públicos ligados ao governo local”, destacou o deputado Gabriel Magno. “A reunião foi positiva. Foi registrado o requerimento, que será distribuído, mas o procurador-geral disse que vai acompanhar”, acrescentou.

Tramitação

O presidente do PT garantiu que seguirá acompanhando os desdobramentos dos pedidos de investigação. “Aguardamos uma conclusão satisfatória, no sentido de que se esclareça tudo que aconteceu. Vamos seguir acompanhando o andamento de todas as ações tomadas”, ressaltou Sigmaringa. “É preciso que os responsáveis

Ana Paula Thomaz



Partidos de oposição a Ibaneis entraram com representação

sejam punidos. É preciso buscar mecanismos para que isso não ocorra novamente. O BRB é responsável por operacionalizar inúmeros programas sociais, é um impacto grande na população”, salientou Erika Kokay. “Não adianta o governador dizer que a culpa é do Paulo Henrique (Costa, ex-presidente do BRB), porque o governador é o controlador do banco e quem nomeou o Paulo foi ele”, acrescentou Chico Vigilante. Nesta semana, a pedido dos mesmos partidos da oposição, foi apresentada ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) uma “notícia de fato”, que é

como o Judiciário classifica demandas, denúncias ou relatos recebidos sobre possíveis irregularidades, crimes ou violação de direitos. O pedido foi para apurar a participação do governador nas tratativas envolvendo o BRB e o Master. O caso está sob a relatoria da ministra Isabel Gallotti, que atua na Corte Especial do STJ. O pedido foi encaminhado à Procuradoria-Geral da República para avaliação sobre possível abertura de investigação. Três pedidos de impeachment foram protocolados na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF). A pressão política sobre Ibaneis Rocha

cresceu após o então presidente do banco Master, Daniel Vorcaro, afirmar, em depoimento à Polícia Federal, que encontrou-se com o governador e conversou diretamente com ele sobre a venda de ativos do Banco Master ao Banco de Brasília.

Encontros

Os pedidos de impeachment atribuem ao governador a prática de crime de responsabilidade em razão de sua atuação no imbróglio que envolve as duas instituições financeiras. Ibaneis, entretanto, nega que tenha tratado sobre a compra do Master nos encontros que teve com Vorcaro. “Nunca tratei nada relacionado ao BRB com o Vorcaro. Todas as tratativas foram feitas pelo Paulo Henrique Costa”, chegou a afirmar. “Nenhum dos pedidos de impeachment tem fundamento que não seja político, o que não tem nada de ilegítimo. Eu estou muito tranquilo com a minha consciência de que só tentei fazer o melhor”, disse o governador, que classifica as mobilizações pelo impeachment como ‘barulho da oposição’ e eleitoral.

A abertura dos trabalhos na CLDF, que aconteceu na terça-feira (3/2), foi marcada por atos de protesto de deputados e militantes da oposição dentro e fora do plenário pedindo o impeachment do governador e também a

abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banco Master. Enquanto a oposição iniciou os trabalhos fazendo barulho, deputados da base governista começaram o ano quietos. Os poucos que apareceram em plenário na primeira semana não falaram com a imprensa e nem fizeram o uso da palavra na tribuna na sessão de abertura.

O presidente da CLDF, Wellington Luiz (MDB), minimizou o silêncio e ausência dos parlamentares da base. “Essa é a primeira semana, ainda tem gente voltando, é natural, alguns ainda estão viajando. Na próxima terça-feira, teremos reunião do colégio de líderes e vamos definir a pauta das primeiras votações”, informou.

Quanto aos pedidos de instalação de uma CPI para tratar do caso BRB-Master, Wellington acredita que não devem ir para frente. “Em um ano eleitoral com tantas sensibilidades, é complicado tratar de CPI”, apostou, lembrando que os parlamentares favoráveis à CPI do Master ainda não conseguiram colher assinaturas suficientes para que o pedido fosse protocolado.

Em relação aos pedidos de impeachment, o presidente acrescentou que todos estão sendo analisados pela procuradoria da CLDF e, caso haja manifestação favorável à admissibilidade, a Mesa Diretora da Casa vai se manifestar.